

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

FOTO: ROBERTO SOARES

São Francisco ameaçado

O rompimento de barragem explorada pela Vale S.A., em janeiro deste ano, em Brumadinho, Minas Gerais, despertou preocupação com relação à preservação do Velho Chico. Estudos indicam para contaminação do leito do rio por rejeitos de minério. Frente Parlamentar da Assembleia Legislativa, criada em fevereiro, e especialistas acompanham situação.

■ TV Alepe começa transmissões em canal aberto



FOTO: ROBERTO SOARES

Desde o dia 1º de agosto, os pernambucanos passaram a contar com transmissão, em tempo real, de Reuniões Plenárias, encontros de Comissões e solenidades promovidas pela Assembleia Legislativa, por meio da TV Alepe - canal 28.2. A estreia da programação marcou a volta das atividades do Parlamento Estadual no segundo semestre.

De acordo com o presidente Eriberto Medeiros (PP), a TV Alepe representa o esforço da Casa de Joaquim Nabuco de aproximar a Assembleia da população. “Será um trabalho incansável para levar adiante a mensagem do Poder Legislativo”, observa. “Esse é um sonho sonhado por muitos e que se materializa graças à determinação do presidente da Casa e de toda a Mesa Diretora”, afirma o superintendente de Comunicação Social, Ricardo Costa.

Do ponto de vista da estrutura, o canal conta com tecnologia de ponta. São três câmeras no Plenário, duas no auditório e duas em cada um dos três Plenarinhos. Também há três ilhas de edição, cabeamento por fibra ótica e dois exibidores.

Além da transmissão ao vivo, a TV Alepe apresenta conteúdos próprios, produzidos pela equipe de jornalistas que atua na Casa. Entre eles, o programa de entrevistas *Em Discussão* – de segunda a sexta –, *Minuto Alepe*, *Perfil Parlamentar* e *Agenda*, que já estão no ar. A programação deverá ser ampliada gradativamente até atingir 12 horas.

O restante da grade está sendo ocupado por conteúdos do Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho. A TV Alepe começa as atividades com sinal para toda a Região Metropolitana do Recife. O objetivo é que, a partir de 2020, a cobertura se estenda para todo o Estado. A programação também está presente no YouTube, Instagram e Facebook.

Um retrato da água no Alto São Francisco

Com o objetivo de analisar a qualidade da água do Rio São Francisco, após o rompimento de barragem em Brumadinho (MG), equipe técnica da Fundação SOS Mata Atlântica visitou o município mineiro de Pompéu, em março. O estudo, desenvolvido ao longo de seis dias, teve como propósito apurar os impactos do desastre, que ocorreu em 25 de janeiro deste ano, e avaliar o possível carreamento de rejeitos minerários ao longo das bacias dos rios Paraopeba e São Francisco.

IMAGEM: REPRODUÇÃO/INTERNET



Fique Sabendo

Veja a íntegra do estudo produzido pela Fundação SOS Mata Atlântica



VOCÊ NA ALEPE



“Fui agente de saúde por 23 anos e hoje sou representante de um quilombo que está buscando reconhecimento. Por isso é tão importante para mim estar aqui na Alepe.”

Maria Rosa Cavalcante

Líder comunitária do Sítio Serra Verde, em Caruaru (Agreste Central), durante a Ação Formativa Mulheres na Tribuna, no dia 15 de agosto.



“Estou aqui para lutar pela melhora do serviço público na Rede de Atenção Psicossocial (Raps). Somos contra o modelo das comunidades terapêuticas.”

Roseane Freitas

Coordenadora do Movimento Fazendo Arte e redutora de danos em Consultórios de Rua, em Camaragibe e no Recife, durante a Reunião Plenária do dia 14 de agosto.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes para a vida do povo pernambucano.



assembleiape



alepeoficial



assembleiape



alepenatv



Solidariedade que corre nas veias

Uma doação de sangue pode salvar até quatro vidas. No Brasil, apenas 16 em cada mil indivíduos são doadores

Tayza Lima

“Meu nome é Thayná, tenho 12 anos e nasci com uma anemia chamada piropoiquilocitose. Antes da cirurgia, tive que fazer muitas transfusões. Até pessoas que não me conheciam foram lá doar.” Thayná Albuquerque ainda se lembra dos dias que passou entre idas e vindas a hemocentros para receber transfusão sanguínea. Hoje, está curada, mas preserva a gratidão e a consciência da importância da doação de sangue voluntária.

De acordo com o Ministério da Saúde, apenas 16 em cada mil brasileiros são doadores. Apesar de atender às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) de no mínimo 1% da população, o número é baixo para a demanda. Em Pernambuco, a Fundação de Hematologia e Hemoterapia (Hemope) disponibilizou, em 2018, aproximadamente 253 mil bolsas de sangue para uso em procedimentos médicos.

Para isso, o hemocentro, que tem sede no Recife e outras nove unidades espalhadas pelo Estado, contou com pouco mais de 127 mil doações. A assistente social do Hemope,

Tânia Marchesin, explica que alguns períodos do ano afetam mais o estoque da entidade por apresentarem alta demanda transfusional, como o Carnaval e o São João. “Períodos em que, novamente, o uso do álcool prevalece. Também tem as fogueiras e os fogos, que aumentam o número de queimados, que requerem muita transfusão sanguínea.”

Segundo o Ministério da Saúde, por ano, aproximadamente três milhões de pessoas recebem transfusão de sangue no País. Já os doadores somam, em média, apenas 300 mil pessoas a mais. Do total de voluntários, 42% são jovens entre 18 e 29 anos. Os homens representam 60% do quantitativo.

O professor Renan Bessa, 29 anos, integra esses grupos. Desde 2008, ele é doador de sangue. “Mesmo sem saber quem ajudei, eu me sinto, realmente, fazendo papel de cidadão. Estou ajudando outro ser humano. É uma dor simples, de furada de agulha. E, mesmo se fosse uma dor um pouco elevada, valeria a pena.”

De acordo com o Manual do Agente Multiplicador do Hemope, disponível no site da entidade, se cada pessoa



FOTO: EVANE MANÇO

Apesar de atender às recomendações da Organização Mundial de Saúde, número de doadores no País está abaixo da demanda

saudável doasse sangue pelo menos duas vezes por ano, os hemocentros teriam estoque suficiente para atender pacientes como Maria Giovana, 15 anos, de Riacho das Almas, Agreste Central de Pernambuco.

Com o suporte do Núcleo de Apoio à Criança com Câncer (Nacc), ela viaja 200 quilômetros até a Capital para realizar tratamento. Maria Giovana tem linfoma de Hodgkin — um tipo de câncer que atinge o sistema imunológico e os vasos sanguíneos. “A doação é fundamental para meu tratamento, porque, quando minhas taxas estão baixas, eu sempre preciso tomar sangue. Ajuda a mim e a outras pessoas.”

O material doado no Hemope é destinado a atendimentos de urgência, fabricação de hemoderivados, tratamento de doenças crônicas e patologias

oncológicas. Enfermeira do bloco cirúrgico do Hospital da Restauração, maior unidade de saúde pública do Estado, Glíssia Paixão vê no cotidiano a importância da doação de sangue. “No meu dia a dia, são realizadas em torno de 35 a 40 cirurgias, e constantemente chegam pacientes graves, necessitando de hemotransfusão”, destaca.

O Hemope realiza, com frequência, campanhas para atrair novos doadores. Uma única doação pode salvar até quatro vidas. Ainda não há nenhum medicamento que substitua o sangue humano. O hemocentro está aberto de segunda a sábado, inclusive feriados.

Para se tornar um doador, é necessário ter boa saúde, idade entre 16 e 69 anos e apresentar documento com foto. Menores devem estar acompanhados dos responsáveis legais.

Velho Chico em risco

Rejeitos de mineração decorrentes de rompimento de barragem em Brumadinho, Minas Gerais, ameaçam o futuro do São Francisco

Marcos Miguel

Como seria o Brasil sem o Rio São Francisco? A reflexão surge em um capítulo sombrio da história do Velho Chico: seu leito foi atingido por rejeitos da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, explorada pela Vale S.A., que se rompeu no último 25 de janeiro, em Brumadinho (MG). A contaminação foi constatada por pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), por meio de imagens de satélite e de trabalho de campo realizado entre janeiro e abril deste ano.

A lama contaminante chegou à represa da Usina Hidrelétrica de Três Marias, ainda em Minas Gerais, no dia 12 de março, segundo o estudo. O Velho Chico atravessa o local em direção ao Nordeste do País, onde corta os Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Ainda não há informações sobre quando e com que intensidade a água poluída vai alcançar a região. Sua vinda, porém, é esperada, na avaliação do pesquisador da Fundaj Neison Freire.

“Os resultados desses estudos indicam que, em algum momento, a contaminação vai chegar ao Nordeste. É uma questão lógica. Desde que ocorreu o desastre, em 25 de janeiro, o ma-

terial contaminante continua exposto ao meio natural. Enquanto a lama não for retirada, com limpeza e destinação adequadas, o risco permanece constante e cada vez mais próximo das nossas cidades”, alerta Freire.

Conclusão semelhante teve um estudo elaborado pela organização não governamental SOS Mata Atlântica. A equipe técnica da entidade visitou trechos do Rio Paraopeba para analisar a qualidade da água, entre os dias 8 e 14 de março. Foram coletadas amostras em 12 pontos dos municípios mineiros de Pompéu, Curvelo, Felixlândia e Três Marias. Em seis deles, a turbidez (redução da transparência da água) ultrapassou

os limites definidos pela Resolução nº 357/2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Com base nos índices, a expedição detectou o carreamento de rejeitos de minério para além do reservatório de Retiro Baixo, no qual parcela significativa deles está retida. No início da reserva de Três Marias, a cerca de 70 quilômetros de distância, a água registrou a presença de metais pesados, como cobre, cromo, ferro e manganês. Uma evidência de que parte das substâncias contaminantes não se decanta ao longo do curso do Paraopeba e está, portanto, sendo levada rio abaixo.

Para a especialista em recursos hídricos e coorde-

nadora da expedição, Malu Ribeiro, o problema pode impactar, drasticamente, toda a Bacia do São Francisco. “Negar o carreamento é negar a necessidade de uma ação preventiva. Ainda que os órgãos oficiais não estejam constatando o carreamento hoje, ele ocorrerá. Os rejeitos não serão retirados do corpo central do reservatório de Retiro Baixo, não será feito o desassoreamento. Os contaminantes ficarão lá”, explicou. “Estão esperando que o São Francisco consiga diluir os poluentes. Não apenas esses, mas também os que recebe cotidianamente e os que já recebeu ao longo de décadas”, adverte Malu.





FOTO: ROBERTO SOARES



Pesquisas apontam que lama contaminante atingiu leito do rio, que é considerado o maior curso d'água totalmente brasileiro e um dos mais importantes do País

Ainda segundo a gestora, a variação na incidência de chuvas e nas oscilações de temperatura pode contribuir para levar metais tóxicos depositados no fundo das águas de volta à superfície – e daí, correnteza abaixo. “Temos uma espécie de conta-gotas de contaminantes na cabeceira do rio. Isso exige atenção redobrada por parte das autoridades. É preciso que seja feita a revitalização da bacia para que o rio seja capaz de diluir os poluentes, ao longo de sua grande extensão, e a população siga utilizando a água sem risco”, acrescenta a especialista.

A contaminação do Velho Chico não é, todavia, consenso entre as autoridades que acompanham o caso. A Polícia Federal tem outra versão dos fatos. Entre os dias 9 e 16 de maio, a instituição coordenou uma expedição para avaliar os

impactos do acidente industrial em Brumadinho. A investigação apurou cerca de quatro mil dados, entre amostras de água, imagens de satélite, medições radiométricas e hidrológicas, coletadas ao longo de 250 quilômetros, desde Brumadinho até os reservatórios de Retiro Baixo e Três Marias. O resultado da pesquisa, feita em conjunto por diversas instituições, foi divulgado no dia 17 de maio, com a conclusão de que não há evidências de que os rejeitos da barragem B1 tenham ultrapassado os limites do reservatório de Retiro Baixo e atingido o lago de Três Marias e o Rio São Francisco.

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), que participou desse projeto, mantém a mesma posição. Segundo informativo divulgado pelo Igam no último 30 de maio, os rejeitos mi-

nerários não chegaram ao Velho Chico. Porém, o analista ambiental do órgão, Heitor Soares Moreira, admite o risco de contaminação. Segundo ele, existe a possibilidade de o material oriundo de Brumadinho chegar ao São Francisco, mas não se espera que isso aconteça nos próximos anos. “Os modelos que temos utilizado para simular o transporte de sedimentos na bacia apontam que, aproximadamente, 77% do material ficará retido no primeiro reservatório do Rio Paraopeba, a Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo. As partes mais finas podem migrar ao longo do tempo para o próximo reservatório, o de Três Marias. Mas a gente ainda não sabe com qual magnitude isso vai acontecer e se essa água vai conseguir transportar as substâncias químicas dos rejeitos”, esclarece Moreira.

Além das ações de monitoramento, a prevenção – ou minimização – do impacto ambiental no Velho Chico depende da implementação do Plano de Emergência para Contenção de Rejeitos da Barragem 1 e Reparação das Áreas Impactadas, proposto pela Vale S.A. à Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, no último 5 de fevereiro. De acordo com o relatório, a dragagem do Rio Paraopeba só deve ser iniciada a partir de outubro deste ano. Para tal, vão ser utilizadas dragas flutuantes para a retirada do material contaminante e disposição final em local adequado.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:

alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

O valor do São Francisco

Cenário socioeconômico de Pernambuco está atrelado ao Velho Chico, sinônimo de água, renda e memórias para milhões de nordestinos

Marcos Miguel

Às margens do São Francisco, na comunidade do Roçado, localizada na zona rural de Petrolina (Sertão de Pernambuco), seu Raimundinho narra – com nostalgia – sua história de parceria com o Velho Chico. Há décadas, o curso d’água irriga a propriedade do agricultor familiar aposentado, de 73 anos. Foi o lucro das verduras e hortaliças plantadas ali que permitiu a Raimundo Nunes sustentar a casa e criar os filhos. A relação com o rio, porém, mudou ao longo do tempo.

“Era uma água muito cristalina, sadia. Quando os meus filhos eram pequenos, eu jogava a tarrafa e, com menos de um quilômetro, ela já voltava cheia de peixe. Mas a agressão ao São Francisco foi tanta que sumiu o peixe e toda essa forma de a gente conviver com ele”, lamenta.

Também de Petrolina, o barqueiro Luiz Rogério Rocha coleciona memórias afetivas com o rio. Ainda criança, durante as férias escolares, Rogério ajudava o pai no transporte fluvial de gado e alimentos produzidos no oeste da Bahia. Com os anos, a atividade barqueira entrou em declínio, e o empreendedor decidiu

explorar o potencial turístico da região. Atualmente, a agência dele, Vapor do Vinho, oferece passeios de barco pelo Vale do São Francisco a quase 1,2 mil passageiros por mês.

Turismo que pode acabar se o São Francisco for contaminado por rejeitos da barragem rompida no mês de janeiro em Brumadinho (MG). Para Rogério, o momento é de alerta. “Quem vai querer navegar num rio morto, poluído? Se essa contaminação realmente chegar para cá, está todo mundo morto. O prejuízo seria incalculável”, sentencia o empresário.

A hipótese de contaminação foi discutida em audiência pública da Frente Parlamentar em Defesa do Rio São Francisco, da Alepe, realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Petrolina, em 3 de junho. Para o presidente do Distrito de Irrigação Nilo Coelho (Dinc), José Loyo, que integrou a mesa de debates, o impacto ambiental seria desastroso.

“Não só para o Distrito, mas também para a economia local. Envolve muita gente. Toda a água utilizada pelo Dinc vem do São Francisco, captada diretamente da Barragem de Sobradinho e distribuída por quase 40 mil hectares”, destaca Loyo.



Agricultor familiar, Raimundo Nunes usa água do rio para irrigar plantação de hortaliças e verduras

O faturamento do Distrito Nilo Coelho está na casa de R\$ 1,4 bilhão por ano, segundo José Costa, gerente regional de Irrigação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). O número, no entanto, representa só uma parcela da riqueza gerada pelo perímetro. O polo totaliza 120 mil hectares de áreas produtivas, somados os projetos de irrigação pública, como o Dinc, e os privados.

A fruticultura da região, entretanto, está em risco. A

eventual contaminação do rio comprometeria a qualidade do solo com metais pesados. Nesse cenário, os frutos da atividade de Seu Raimundinho, de Rogério e de tantos outros que dependem das águas do Velho Chico poderiam, em última instância, secar.



Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:



alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

FOTO: ROBERTO SOARES

● **MEIO AMBIENTE**

Velho Chico em pauta

Poder Público debate medidas para minimizar os impactos do desastre de Brumadinho no São Francisco e assegurar a sustentabilidade do rio

Marcos Miguel

Passados seis meses do rompimento da barragem B1 da empresa Vale S.A., em Brumadinho (MG), os olhares do Poder Público voltam-se agora para uma vítima em potencial da tragédia: o Rio São Francisco. Para apurar a questão *in loco*, foi criada uma Comissão Parlamentar na Câmara de Vereadores de Petrolina, Sertão de Pernambuco. Integrante do colegiado, a vereadora Cristina Costa (PT-PE) avalia o cenário encontrado na visita técnica como “gravíssimo”.



FOTO: ROBERTO SOARES

Frente Parlamentar em Defesa do Rio São Francisco promoveu audiência pública sobre o assunto, em Petrolina, no mês de junho

“O que mais me chamou atenção foi o estado dos rios de Minas Gerais. Vários afluentes que desaguam no São Francisco estão comprometidos, como o Paraopeba. Observamos uma grande quantidade de resíduos, oriundos do rompimento da barragem”, lamenta a parlamentar. Segundo ela, o problema tem ainda um viés político. “Quem manda no Estado de Minas Gerais é a Vale. Infelizmente, o Parlamento Estadual e as prefeituras estão vinculadas à empresa. Todo o mundo fica esperando os *royalties* dos minérios”, denuncia Cristina.

As casas legislativas dos Estados que compõem a Bacia Hidrográfica do São Francisco também estão se mobilizando em torno do tema. A Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), por exemplo, instituiu, em fevereiro deste ano, uma Frente Parlamentar em defesa do rio. Ao longo do primeiro semestre, a equipe promoveu quatro audiências públicas em diferentes ci-

dades pernambucanas: Recife, Cabrobó, Floresta e Petrolina.

Os debates podem contribuir para o endurecimento da legislação ambiental em vigor, na avaliação do coordenador da Frente, deputado Lucas Ramos (PSB-PE). Todo o material coletado até o momento será compartilhado com os demais governadores da Região Nordeste. “Além disso, vamos acionar outras Assembleias para que discutam a saúde e o futuro do rio em um colegiado exclusivo. As câmaras municipais também serão contactadas. Os vereadores têm um papel fundamental nesse processo de cobrança e de fiscalização do Poder Público”, observa Ramos.

Após o desastre, no último 25 de janeiro, foram criados dois grupos de trabalho na Câmara dos Deputados: uma Comissão Externa (CexBruma) e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPIBruma). A atuação da primeira envolve a fiscalização das barragens

existentes no País e o acompanhamento das investigações ligadas ao acidente industrial em Brumadinho. Já a CPIBruma, instalada em 23 de abril, tem investigado as causas do desastre em Minas Gerais e analisado formas de se reduzir os riscos de novos acidentes.

Em 12 de março deste ano, o Senado Federal já havia instalado uma CPI para apurar a questão. A Comissão encerrou as atividades no dia 10 de julho, findo o prazo legal de 120 dias para a condução dos trabalhos. Três proposições foram formuladas pelo colegiado, segundo o relatório final da CPI, divulgado no dia 2 de julho. Todas foram encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do órgão.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:

alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

Habilitados em Libras devem corrigir provas de surdos

Norma aprovada pela Alepe em julho do ano passado garante direito em vestibulares e concursos prestados em Pernambuco

Ivanna de Castro

Ouvir pelos olhos e falar pelas mãos: essas são habilidades desenvolvidas por aqueles que se comunicam pela Língua Brasileira de Sinais (Libras). Esse sistema linguístico utilizado pela comunidade surda do País tem estrutura gramatical própria e, assim como o Português, é reconhecido como língua oficial do Brasil desde a publicação, em 2002, da Lei Federal nº 10.436.

No entanto, o desconhecimento por grande parte da população e o uso restrito em espaços públicos são barreiras enfrentadas cotidianamente por quem não ouve. Sensível a essa realidade, a Alepe aprovou, em julho do ano passado, a Lei nº 16.358/2018. A norma garante que as provas de vestibulares e de concursos prestadas em Pernambuco por surdos ou pessoas com deficiência auditiva sejam corrigidas por profissionais com habilitação em Libras.

“A redação escrita por um alfabetizado em Libras possui estrutura semântica diferente daquela de um alfabetizado em Português. Portanto, as provas de redação dessas pessoas não podem ser corrigidas de modo genérico”, afirmou um dos autores da matéria, o ex-deputado Ricardo Costa (MDB), na justificativa do projeto de lei. “Acreditamos que seja uma medida inclusiva, capaz de auxiliar pessoas



FOTO: CARLOS OLIVEIRA/ARQUIVO ALEPE

Sistema linguístico, reconhecido como língua oficial do Brasil, tem estrutura gramatical própria

com deficiência auditiva a se inserirem no mercado”, considera a deputada Simone Santana (PSB), coautora da lei.

A bacharela em Direito Mirella Cavalcanti, 26 anos, jovem com surdez profunda bilateral, expõe os problemas que enfrentou em processos de seleção como o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e a prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “No Enem que prestei, disponibilizaram um intérprete para atender quatro pessoas e isso nos prejudicou muito”, relata. Já na OAB, a banca organizadora ofereceu um intérprete sem a certificação Prolibras, que garante a proficiência nessa linguagem. “Isso me afetou bastante. Desisti de fazer a OAB e passei a me dedicar ao mestrado em Direitos Humanos e Jurisdição. Quem sabe um dia eu volto a prestar a prova novamente”, conta a jovem.

Professora de Letras/Libras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a doutora Sueli Fernandes explica que Libras é a língua natural dos nascidos surdos. Mais tarde, durante a vida escolar, eles têm acesso

à modalidade escrita da Língua Portuguesa, o que permite aos indivíduos ampliar relações sociais e interagir com grupos fora da comunidade surda. Assim, o Português entra na vida dos surdos como segunda língua e esse letramento exige trabalho especializado.

“A experiência na escrita dos surdos se dá sem a mediação da oralidade. Essa ausência traz maiores dificuldades no aprendizado”, frisa Sueli. “A concordância dos verbos, por exemplo, a gente aprende falando, de forma intuitiva. Os surdos não têm essa intuição e precisam aprender Português pela memória visual. A questão é que é impossível armazenar tantos elementos”, acrescentou a linguista.

Por conta disso, a professora Sueli Fernandes defende exames diferenciados para o segmento, conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão (Lei Federal nº 13.146/2015). “Os surdos são, durante toda a vida escolar, avaliados em desigualdade de oportunidades e condições. Um critério diferenciado de correção da escrita é uma política de equidade”, opina.

